

A TRAJETÓRIA DE UMA MENINA ACANHADA À PROFESSORA UNIVERSITÁRIA: RELATOS DE EXPERIÊNCIA

THE JOURNEY FROM SHY GIRL TO UNIVERSITY PROFESSOR: EXPERIENCE REPORTS

EL VIAJE DE NIÑA TÍMIDA A PROFESORA UNIVERSITARIA: RELATOS DE EXPERIENCIAS

BARROS, EDONILCE DA ROCHA

Doutora em Ciências Humanas, Professora permanente do Programa de Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA) e do Programa de Doutorado Interinstitucional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UNIVASF/UFRPE/UNEB)

E-mail: ebarros@uneb.br

RESUMO

Este texto apresenta um relato de experiência desde minha origem em Sento-Sé, Bahia, até minha ascensão como professora universitária. A narrativa abrange momentos significativos da vida de uma mulher que, desde a infância, precisou aprender a conviver com várias desterritorialidades mas que, apesar disso, não se perdeu enquanto sujeito, utilizando a ausência de território como um aprendizado. Ao revisitar minhas memórias e narrar algumas experiências, também abordo um pouco da história da educação, da economia, da política e de algumas questões culturais do Brasil, pois, apesar de trazer uma história pessoal, ela está intrinsecamente ligada ao tempo histórico que a permeia. Esse relato singular não apenas ilustra a jornada individual e a superação de desafios relacionados ao gênero, mas também evidencia a construção de uma pedagogia alternativa, destacando o papel crucial da educação na formação cidadã e na busca por uma nova ordem social.

PALAVRAS-CHAVE: História de vida; educação; gênero; espaços de poder.

RESUMEN

Este texto presenta un relato de mis experiencias desde mis orígenes en Sento-Sé, Bahía, hasta mi ascenso a profesora universitaria. La narración abarca momentos significativos en la vida de una mujer que, desde la infancia, ha tenido que aprender a convivir con diversas desterritorialidades pero que, a pesar de ello, no me han perdido como sujeto y han servido para mi aprendizaje. Al repasar mis recuerdos y relatar algunas de mis experiencias, también toco un poco de la historia de la educación, de la economía, de la política y de algunas cuestiones culturales de Brasil, porque, aunque se trate de un relato personal, está intrínsecamente ligado al tiempo histórico que lo impregna. Este relato único no sólo ilustra el recorrido individual y la superación de los desafíos relacionados con el género, sino que también pone de relieve la construcción de una pedagogía alternativa, destacando el papel crucial de la educación en la formación de los ciudadanos y en la búsqueda de un nuevo orden social.

PALABRAS CLAVES: Historia de vida; educación; género; espáacios de poder

ABSTRACT

This text presents an account of my experience from my origins in Sento-Sé, Bahia, to my rise to university professor. The narrative covers significant moments in the life of a woman who, since childhood, has had to learn to live with various deterritorialities but which, despite this, have not lost me as a subject and have served my learning. In revisiting my memories and recounting some of my experiences, I also touch on a bit of the history of education, the economy, politics and some of Brazil's cultural issues, because, although this is a personal story, it is intrinsically linked to the historical time that permeates it. This unique account not only illustrates the individual journey and the overcoming of gender-related challenges, but also highlights the construction of an alternative pedagogy, highlighting the crucial role of education in citizen formation and the search for a new social order.

KEYWORDS: Life story; education; gender; áreas of power.

INTRODUÇÃO

A história particular de cada um de nós se entrelaça numa história mais envolvente da nossa coletividade. É assim que é importante ressaltar as fontes e as marcas das influências sofridas, das trocas realizadas com outras pessoas ou com as situações culturais [...]. Deste ponto de vista, o Memorial deve expressar a evolução, qualquer que tenha sido ela, que caracterize a história particular do autor (Santos, 2005, p. 1-2).

Redigido com plenitude aos 67 anos de idade, este artigo apresenta uma narrativa pessoal que delinea fases concretas de minha existência. Ao longo deste texto, abordo as situações que considero mais marcantes e significativas em minha trajetória, desde a infância como uma menina acanhada¹ até a maturidade, quando finalmente posso afirmar: “Eu sou eu mesma, com meus defeitos e minhas qualidades”.

A responsabilidade de relatar essa trajetória implica em uma tarefa complexa de rememorar e relembrar situações tanto objetivas quanto subjetivas. Este processo me conduz, no momento da escrita, a compreender eventos do passado que não tinham a mesma dimensão que têm agora. Estou imersa em um movimento discursivo diferente, levando-me a refletir sobre mim mesma, sobre minha vida familiar e sobre as relações com os outros, dentro de um espaço potencialmente interpretativo.

Sabemos que narrativa de si e a subjetividade representam uma abordagem reflexiva e interpretativa da experiência pessoal, proporcionando uma expressão autêntica da subjetividade do narrador. Ao contar a própria história, o indivíduo não apenas registra eventos e acontecimentos, mas também dá significado a eles, moldando a própria identidade. A subjetividade, nesse contexto, destaca a singularidade da perspectiva pessoal, mostrando como as experiências são interpretadas, internalizadas e transformadas em narrativas significativas.

Essa prática de contar histórias sobre si mesmo não é apenas uma forma de registro autobiográfico, mas também uma maneira de construir significado, identidade e compreensão do mundo. A subjetividade emerge na escolha das palavras, na ênfase dada a certos eventos e nas emoções transmitidas. A narrativa de si permite que o indivíduo se aproprie da própria história, dando sentido aos desafios, sucessos, fracassos e transformações ao longo do tempo. Assim, a interseção entre narrativa de si e subjetividade revela a riqueza da experiência humana e a complexidade da construção narrativa como meio de auto compreensão e comunicação.

Evidentemente, a seleção dos eventos notáveis e das realizações dignas de registro para figurar neste texto torna-se intrinsecamente desafiadora, fundamentada principalmente em dois pontos, conforme indicado no manual de Normas para apresentação de documentos científicos da UFPR (2000): cada um dos fatos relatados é o desdobramento da aprendizagem de diversos eventos isolados que nos prepararam intrinsecamente para uma determinada ação ou atuação; é difícil discernir o que constitui um fato ou uma realização importante em sua vida quando você é a personagem principal.

Ao longo do desenvolvimento deste artigo, navegarei entre esses dois extremos, buscando fornecer informações que facilitem o julgamento dos leitores. No entanto, explicitarei aspectos da minha identidade, pois é essa identidade que determinou as minhas escolhas, moldando aquilo que sou hoje.

Ao abordar a temática da identidade em relação à diáspora africana e suas significações culturais, Stuart Hall (2003) pressupõe que a identidade cultural não é fixada no nascimento, não sendo uma parte inerente da natureza impressa por meio do parentesco e da linhagem genética. Pelo contrário, Hall sugere que a identidade é constitutiva do eu mais interior, sendo moldada por experiências e influências ao longo da vida. Em suas palavras, “[...] a falta de oportunidades [...] pode forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento - a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor” (Hall, 2003, p. 28).

Vejo-me refletida nesse contexto quando migrei para estudar e, posteriormente, retornei à casa dos meus pais já como profissional, com vínculo empregatício com o Estado da Bahia. Meu retorno tinha como propósito trabalhar no



reordenamento das vidas das pessoas afetadas pela Barragem de Sobradinho, na Bahia, no início da década de 1980, precisamente em 1981.

A FILHA DO LAVRADOR E DA LAVADEIRA: OS ANOS INICIAIS

Nasci em uma pequena cidade do interior da Bahia, às margens do Rio São Francisco, chamada Sento Sé, que foi submersa pelas águas da barragem de Sobradinho. Sou a quarta filha entre os cinco filhos do casal, composto por 2 homens e 3 mulheres, sendo um dos homens falecido em 2007. A perda desse irmão, que ocorreu no semestre em que eu pretendia defender minha tese, desestabilizou-me, pois ele era o escolhido para permanecer com o pai na roça enquanto os outros migravam. Era meu companheiro nas travessuras de infância.

Fui criada no seio de uma família de condição modesta. Meu pai era lavrador e também exercia a atividade de vaqueiro, herança de seu próprio pai. O termo “lavrador” designava o pequeno agricultor que cultivava a terra, plantando nos campos alagados ou nas áreas deixadas pelas cheias do rio São Francisco. Dos cultivos anuais, obtínhamos os alimentos essenciais para nossa dieta: feijão, milho, mandioca, batata-doce, melancia, abóbora e outras leguminosas.

Para complementar nossa alimentação, contávamos com uma abundância de peixes provenientes da pesca no rio e nas lagoas da região. Eram peixes de alta qualidade, pois ainda não eram contaminados pelas impurezas resultantes das práticas de irrigação intensiva nas margens do rio São Francisco. Esses peixes se alimentavam de frutas silvestres como mari, juá, tucum, licuri, carnaúba, jatobá, oiti, entre outros frutos presentes na flora local, assim como de tubérculos aquáticos como o aguapé. Essa abundância era compartilhada entre nós, seres humanos, e os animais da fauna local, sem competição, graças à biodiversidade da região, um presente generoso da mãe natureza.

Assim, apesar das adversidades, nossa família nunca passou fome, pois meu pai era um homem incansavelmente trabalhador. Ele garantia não apenas a alimentação de nossa família, mas também distribuía para os parentes. Minha mãe, por sua vez, assumia as responsabilidades domésticas e ainda lavava roupas para fora, uma fonte adicional de renda para complementar o orçamento familiar. Em determinadas fases desse esforço conjunto, a lavagem de roupas tornava-se a única fonte de renda monetária da família, especialmente quando meu pai partiu para São Paulo, destino comum para muitos homens nordestinos ou habitantes do Semiárido baiano.

Meu pai possuía habilidades de leitura e escrita razoáveis, enquanto minha mãe era analfabeta, limitando-se a assinar apenas o próprio nome. Ela contava que aprendeu a assinar exclusivamente para exercer seu direito de voto, mas afirmava não ter inclinação para aprender mais, pois enfrentava dificuldades em juntar as letras. Somente na sua velhice percebi que eu poderia tê-la alfabetizado, uma vez que o fiz com outras senhoras idosas. Lamentavelmente, essa consciência surgiu tarde demais, quando ela tentava decifrar palavras nos pacotes de bolachas, nas latas de leite e nos calendários recebidos dos mercados onde realizava suas compras mensais, anotadas em cadernetas. Cadernetas, sim, utilizadas no passado em armazéns e ainda presentes nos mercadinhos de esquina, uma prática que persiste em Juazeiro (BA).

Até os seus 96 anos, idade em que ainda ia ao mercadinho fazer as compras do mês, ela mantinha um controle meticuloso de suas despesas. Com o dinheiro da aposentadoria, pagava uma conta e abria uma nova caderneta para o mês seguinte. Embora não precisasse mais fazer isso, pois morava comigo desde o falecimento de meu pai, essa atividade era considerada um lazer para ela. Acompanhada por Cida, minha irmã de consideração que morava conosco e ajudava a cuidar dela, ia ao mercadinho fazer as compras do mês.

Não sei como, mas minha mãe, sem adotar controle de natalidade, mantinha um intervalo de aproximadamente três anos entre uma gestação e outra. A exceção foi o período entre meu nascimento e o da minha irmã caçula, que durou quase cinco anos. Isso ocorreu porque, quando eu tinha dois anos de idade, meu pai partiu para São Paulo para realizar um tratamento nos olhos, ficando ausente por cerca de dois anos. O êxodo dos nordestinos para São Paulo nos anos 1950 era uma prática comum, pois coincidia com a expansão da metrópole e a oferta de empregos na emergente indústria e construção civil. Na época, três dos nove irmãos do meu pai já residiam em São Paulo.

Quando meu pai retornou em 1958, minha mãe engravidou, resultando no nascimento da última filha em 1959. Tenho memórias vívidas desse período, especialmente do dia em que meu pai retornou de São Paulo. Sua chegada era anunciada por carta com antecedência, já que a viagem era feita de trem até Pirapora-MG e, de lá, de Vapor ou Gaiola até Juazeiro (BA), quando ainda esse trecho do rio São Francisco era navegável, interrompido pela formação do lago de Sobradinho.



Na data marcada para a passagem do vapor no cais de Sento-Sé e em todas as cidades às margens do rio, as famílias que aguardavam parentes organizavam uma festa. Todos se reuniam, e a vizinhança se dirigia à Beira do Rio, um vilarejo a cerca de 3 km da sede do município, para receber os viajantes. Com apenas quatro anos, me vi nos braços das pessoas, esperando meu pai que chegava no “Benjamim Constant”, um dos muitos vapores que navegavam no rio São Francisco. Lembro-me vividamente de como minha madrinha me arrumou. Eu estava linda, com um vestido novo e rodado, com laços de fitas nos cabelos avermelhados. Nos braços do povo, fui conduzida até o cais, na “Beira do Rio”, para esperar meu pai. Até hoje, consigo ouvir o estouro dos foguetes.

Naquela época, não existiam escolas infantis ou creches, e quem cuidava de mim enquanto minha mãe lavava “roupa de ganho” eram meus padrinhos. Foi na casa deles que tive minhas primeiras lições. Essa família era considerada culta, pois meu padrinho, João Ernesto dos Santos, veio de Salvador acompanhando o Juiz de Direito Dr. João Pompilio para trabalhar com ele na cidade. Posteriormente, conquistou um emprego fixo estadual como “Porteiro dos Auditórios da Comarca de Sento-Sé”.

Na cidade, ser empregado do governo era algo tão raro que quem possuía esse status era considerado parte da elite local. Além do emprego, meu padrinho administrava uma barbearia em casa, chamada “A Tenda”. Muitas pessoas “finas” frequentavam o local para fazer a barba e cortar os cabelos. Ele também ensinou essa arte a outros homens na cidade, que se tornaram habilidosos “barbeiros”.

Além das responsabilidades profissionais, minha madrinha, Marionita, era agricultora e cultivava as terras às margens do rio São Francisco, que pertenciam a sua madrinha “Pombinha” Gravatá. Essas terras eram cedidas para que ela as cuidasse, recebendo o foro dos demais lavradores que também as cultivavam, incluindo meu pai. Era uma forma de arrendamento para os “sem terras”, a maioria dos pobres da cidade, dado que o município era uma sesmaria da família Sento-Sé.

Os filhos dos meus padrinhos já frequentavam a escola, e foram eles meus primeiros professores. No ambiente acolhedor da família temporária, aprendi as primeiras letras. Convivendo tanto com eles quanto com minha família biológica, preservei valores fundamentais, como o respeito ao próximo e a honestidade. Essas foram as primeiras e valiosas lições de vida.

Os cursos primário, ginásial e secundárioⁱⁱ

Aos sete anos, iniciei meus estudos no Grupo Escolar Dr. Antônio Balbino, a única escola pública de ensino primário na cidade. Era uma instituição que acolhia tanto crianças de famílias abastadas quanto aquelas de condições mais modestas, uma vez que não existiam escolas particulares na região. Contudo, para uma criança proveniente do campo, cuja alegria se encontrava na quase intocada natureza, frequentar a escola era uma experiência de liberdade. Corria livremente, tomava banho de chuva, atravessava riachos em busca de umbu, carnaúba, juá, favela, maracujá do mato e outros frutos silvestres. Além disso, perseguia passarinhos, armando armadilhas para capturá-los, e brincava com os calangos e pegando as libélulas para amarrá-las e fazê-las de arraia, em vez de estar presa entre quatro paredes da escola, sendo vigiada e punida, ou sentindo o peso estalado da palmatória nas mãos indefesas, ou ainda ajoelhada na terra quente ao sol por jogar bola (futebol), como castigo por me perder no tempo do recreio.

Refletindo sobre minha consciência ecológica hoje, percebo o quanto a escola negligenciava ou ainda negligencia a educação ambiental contextualizada. Como resultado, não aprendi a ler, ou melhor, nunca completei a Carta do ABC. Quando chegava o final do ano, época das provas finais, coincidia com o início das primeiras chuvas e o florescimento da caatinga. Nessa época, eu deixava a casa dos meus padrinhos e corria para a casa dos meus pais, na roça da caatinga ou na casa do Moinho, às margens do rio São Francisco, onde ocorria a desmancha da mandioca para fazer farinha e tapioca, e se amassava a “massa da mandioca”. Sem concluir a última parte do ABC, uma fase crucial da alfabetização, eu abandonava a escola. Isso poderia ser classificado hoje como evasão escolar.

No ano seguinte, retornava novamente, repetindo a Carta do ABC, e o mesmo ciclo de entrada e saída da escola se repetia, associando-se aos ciclos da natureza: tempo das chuvas na caatinga, tempo das cheias do rio e tempo das secas, quando a caatinga se transformava em “mata branca”, conforme denominavam os índios, atualmente conhecido como Bioma Caatinga.

Esses ciclos são reconhecidos como o inverno e o verão nordestino, ou o tempo da seca e do verde, conforme De Marco (2007), que descreve como sendo um “Tempo em Tensão”. Durante a seca, morávamos na roça à beira do rio, e no



verde, na roça da caatinga. Quando crianças, não tínhamos noção se a casa e a terra que nossos pais trabalhavam pertenciam a eles ou não. Para nós, o essencial era brincar, mesmo sabendo que não deveríamos esquecer nossas responsabilidades, como colocar as cabras no chiqueiro, as vacas no curral, carregar feixes de lenha, cabaças de água na cabeça e até mesmo ir à cidade vender leite. Era trabalho, mas como crianças, realizávamos essas tarefas de maneira lúdica.

Uma das minhas tarefas diárias era levar o leite da fazenda para a cidade, percorrendo cerca de quatro quilômetros a pé, com uma lata de 10 litros de leite na cabeça, para entregá-lo aos clientes na cidade. Saía cedo para garantir que chegasse a tempo para as aulas. Entregava o leite à minha irmã mais velha, que morava com meu tio na cidade e tinha um armazém, e então eu ia para a escola. Apesar de não ter muito interesse em frequentar a escola, pois sofria o que hoje é chamado de *bullying*, por ter cabelo crespo, ser pobre e do campo, eu ia. Não era chamada de negra porque, na infância, meu cabelo era “sarárá”, avermelhado, assemelhando-se aos pelos desalinhados de ovelhas. Por não ser nem preta nem branca, eu era apelidada pelo velho “Berto de Amélia”, casado com a irmã de minha mãe, de “a vremeia do João” (meu pai).

Quando saía da escola ao meio-dia, passava na casa do meu tio, pegava a lata do leite vazia e retornava para a fazenda. Às vezes, ia sozinha, mas na maioria das vezes, estava acompanhada dos primos que vinham comigo para passar a noite na fazenda, aproveitando para desfrutar do leite e da coalhada, além de levar um pouco para seus pais. Todas essas atividades eram realizadas como brincadeiras de criança. Até então, acredito que não tínhamos sonhos, estávamos imersos na realidade do momento.

Deixamos de morar na “Fazenda Nova”, como era denominada a fazenda onde meu pai era vaqueiro, após uma grande enchente. Não consigo precisar o ano com exatidão, mas acredito que tenha sido em 1964, um ano de intensas chuvas. Uma tromba d'água atingiu as cabeceiras do Riacho Mulungu, que nascia no Brejo da Martinha e desaguava no rio São Francisco, percorrendo cerca de 3 léguas ou 18 km. Meu pai percebeu o barulho das águas à distância e o aumento na lagoa formada pelas chuvas, conhecida como barreiro, em frente à casa. Mesmo sem chover naquele momento, as águas avançavam em direção ao curral e às duas casas da fazenda. Foi então que o caatingueiro e vaqueiro experiente decidiu retirar sua família imediatamente do local.

A travessia foi uma verdadeira aventura. Meu pai colocou minha irmã menor nos ombros, eu agarrada à sua cintura, dois primos segurando em mim e minha mãe segurando na mão de um dos primos, formando uma grande corrente humana para atravessar as águas que já estavam volumosas e com forte correnteza, alcançando a cintura do meu pai. Se não fosse pela experiência e habilidade do meu pai, João Aristides, teríamos sido arrastados pelas águas. Ele nos deixou em um local seguro, dando o comando para seguirmos em direção à cidade, e voltou para salvar outras vidas e os animais, inclusive a moradora da outra casa que estava em “resguardo”, recém-parida.

Meu pai, junto com o esposo da senhora Almerinda e seus filhos mais velhos, providenciou colocar uma mesa sobre um frondoso pé de juazeiro, próximo às residências, para acomodá-la e ao bebê. Logo após essa ação, as casas foram invadidas pelas águas. Enquanto isso, caminhávamos em direção à cidade por um caminho seco e seguro, indicado por meu pai. Olhando para frente, víamos terra firme, mas ao olharmos para trás, só víamos um mar de águas, cuja velocidade parecia querer nos alcançar. As imagens desse episódio nunca saíram da minha memória.

Durante anos, ao caminhar pela área que havia sido inundada, encontrávamos muitos pertences domésticos que foram arrastados por quilômetros, enroscados nas montoeiras formadas pelas frondosas árvores arrancadas pela raiz pela força das águas (umbuzeiros, angicos, aroeiras, gameleiras, caraibeiras, umburanas, coqueiros e muitas outras). Essa enchente ficou conhecida como o “dilúvio” e permaneceu marcada na minha memória de criança, com 10 a 11 anos de idade. Eventos como esse, conforme Stuart Hall, demonstram a imanência do passado, pois

O passado continua a nos falar. Mas já não se dirige a nós como um simples - fato passado", já que nossa relação com ele, como a relação da criança com a mãe, é sempre já "depois do intervalo". É sempre construída através da memória, fantasia, narrativa e mito. As identidades culturais são os pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou de sutura, que são feitos, nos discursos da história e da cultura. Não é uma essência, mas um posicionamento (Hall, 1990, p. 394).

A enchente causada pela tromba d'água foi mais um episódio de desterritorialização para a nossa família. O vai e vem entre a casa da cidade, os casebres à beira do rio e a casa da fazenda ia des(construindo) as nossas identidades. Ao



crescer, percebi que as terras e as casas onde meus pais moravam temporariamente não eram deles, assim como não eram deles os animais que cuidávamos, exceto aqueles poucos provenientes do quintal. Os demais eram todos do patrão, que, além de não pagar um salário fixo ao meu pai, explorava o trabalho da mulher e dos filhos menores. Como poderíamos interpretar essas situações se tínhamos o que precisávamos - uma casa, o armazém para pegar mantimentos, o leite e a liberdade de correr, brincar com os primos e se divertir com os animais domésticos e silvestres!

O compadrio estabelecido entre o patrão e o vaqueiro dava o tom da normalidade e do favor prestado entre ambos. Assim, a “menina acanhada”, como “mansos meninos domados, massa de medos iguais. Amassando a massa, a mão que amassa a comida. Esculpe, modela e castiga a massa dos homens normais” (Sodré; Portugal, 1980). Eu não tinha consciência da opressão sofrida, assim como meus pais. Não compreendia a dimensão de que as mudanças constantes de um lugar para outro eram mudanças forçadas.

Retomando as memórias da escola, volto para 1965, quando desenvolvi gosto por ela. Ao retornar das longas férias (de novembro a março), a professora informou que eu não poderia mais continuar na Carta do ABC, pois a idade não me permitia. Foi então pela determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que fui encaminhada para a segunda fase da alfabetização, que era a Cartilha. Devido às ilustrações e ao meu conhecimento das letras maiúsculas e minúsculas nas diferentes grafias vistas no ABC, não tive problemas, logo podia unir as letras, formar palavras e, associadas às figuras, começar a ler. A partir desse momento, achei o ensino mais interessante. Ao contrário de nunca ter concluído o ABC, naquele ano terminei a Cartilha e passei para o primeiro ano primário. Considero minha caligrafia bonita, e acredito que tenha sido resultado de tanto copiar as letras do ABC.

Da Cartilha para frente, foram apenas avanços. Eu era sempre a primeira da classe. Isso fazia com que as meninas consideradas ricas ficassem cheias de ciúmes e marcavam encontros para me agredirem, tanto na praça quanto em minha casa, aproveitando-se das ausências da minha mãe, que saía para lavar roupa no rio ou para pegar lenha no mato. Não consigo contar quantas vezes apanhei das meninas sem entender o motivo, vindo a descobrir mais tarde que era porque eu tirava notas melhores que elas e recebia elogios dos professores. Como assim, a menina acanhada da roça, pobre, feia, de cabelo crespo, ser a primeira da sala?

Entretanto, o fato de tirar boas notas não me dava o direito de receber papéis para interpretar nas festas comemorativas da escola, como o Dia das Mães, Dia da Independência do Brasil, entre outras datas cívicas e populares. Esses papéis eram atribuídos às alunas consideradas ricas e brancas, mesmo que fossem “burras”. Mesmo tendo traços de índia, eu não era escolhida para representar. Posso atribuir isso à minha timidez ou ao fato de ser uma menina acanhada, aquela que se esconde atrás do que lhe atribuem que ela seja ou do seu status quo, da sua cultura. Em relação a isso, mais uma vez me reporto a Hall, quando assinala que

[...] o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar (Hall, 2003, p. 44).

Nessa perspectiva de que a cultura não é uma questão de ontologia do ser, mas de se tornar, algo em minha trajetória aconteceu que me apontou o caminho que trilhei para me tornar o que sou hoje. Em 1966, deixando para trás o status de “menina acanhada”, comecei a frequentar os cursos religiosos da paróquia para formação de catequistas. Apesar de não ter a idade exigida para ser catequista, a Irmã Isabel, freira da congregação Santíssimo Redentor, permitia que eu participasse das aulas. O vigário, missionário norte-americano que assumia a paróquia de Sento-Sé, Padre Bernardo Van Hoomisen, apesar de ríspido, não expulsava aquela menina que estava entre as moças frequentando as aulas de formação de catequista. Acredito que tenha sido uma das primeiras pessoas a perceber que eu tinha algum dom para ser professora.

Inicialmente, eu era apenas uma observadora, mas dali nasceu meu desejo de ensinar e a vontade de ser professora de religião. Quando as moças mais velhas concluíram o curso, começaram as aulas de catecismo. No entanto, elas estavam na fase de casamento e foram deixando a catequese para se casarem, inclusive minha irmã mais velha, Lourivanda Barros, que mais tarde se tornou protestante, como se dizia na época, antes da onda dos evangélicos de hoje. O vigário, que já me observava nas aulas de formação de catequistas, ao perceber que as crianças estavam sem o catecismo aos



domingos, me convidou para ser catequista. Assim, aos 13 anos de idade, eu assumi a primeira experiência como professora, sendo catequista.

Quando estava no terceiro ano primário, fundaram o Colégio Cenecista Custódio Sento-Sé, em 1968. Quem cursasse o quarto ano primário poderia fazer o exame de admissão ao ginásio, e pela primeira vez, um colégio seria instalado no município. Foi realizado um cursinho preparatório para a primeira turma ingressante, aberto tanto para aqueles que cursavam o 4º ano quanto para aqueles que já haviam saído da escola após completarem o ciclo possível na cidade. Se o professor do terceiro ano fornecesse um atestado para o aluno que quisesse participar do cursinho, informando que ele estava apto ao exame de admissão, era possível fazer a revisão geral dos conteúdos do primeiro ao quarto ano primário. No entanto, meu professor não forneceu o atestado, o que me impediu de me inscrever para o exame de admissão ao ginásio na primeira turma do recém-criado colégio. Realizei o exame no ano seguinte, quando já estava no quarto ano, iniciando assim o curso colegial em 1969 e concluindo em 1972.

Não era um colégio extraordinário, mas para nós, pobres, era a única possibilidade de continuar os estudos, já que os filhos dos ricos podiam estudar fora, em Juazeiro (BA), Petrolina (PE) e até mesmo em Salvador. Nós, pobres, éramos destinados a permanecer ali, pois o poder político local nunca teve interesse em criar um colégio para atender ao município. Foi o vigário americano, o promotor e coletor público, ambos de Salvador, quem criaram o colégio, contando com o apoio de um prefeito que não era da família Sento-Sé, Sr. Osvaldo Lopes Ribeiro. Nos dois primeiros anos, o colégio funcionou no próprio Grupo Escolar Dr. Antônio Balbino; depois, foi transferido para uma parte do Hospital Regional, um prédio enorme e subutilizado do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que nunca utilizou a estrutura em sua capacidade total.

O colégio permaneceu ali até a mudança para a nova cidade em 1978, quando finalmente teve um prédio próprio construído pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). No entanto, eu já havia me transferido para Juazeiro em 1973. Entre os primeiros professores do colégio estavam o promotor público, Dr. Manoel F. Cordeiro, o juiz de direito Dr. Djalma Nunes Fernandes e a americana do Corpo da Paz, Patrícia Fitzsimmons. Todos eles ministravam aulas como voluntários.

A casa de meus padrinhos estava localizada em uma das ruas principais da cidade, com um descampado na frente. Do lado direito desse descampado, e na frente da casa de meus padrinhos, ficava o Grupo Escolar Dr. Antônio Balbino, um prédio enorme que ocupava todo o quarteirão. Na rua da frente, estavam a Igreja Católica e a casa dos padres, com o rio ficando distante e quase invisível devido a um paredão formado por um carnaubal que dividia o rio da sede do município, ainda chamada de Vila. Eu pensava que aquele carnaubal não pertencia a ninguém, mas estava enganada. Era propriedade dos donos da sesmaria que exploravam comercialmente a cera, muitas vezes através de trabalho análogo ao trabalho escravo. Normalmente, eram os negros que cortavam, armazenavam e extraíam a cera da carnaúba para os donos dos carnaubais.

Em um certo dia, quando o ônibus que fazia a rota Juazeiro vs. Sento-Sé, do tipo jardineira, fez uma parada no meio do nada (no descampado), observei uma jovem bonita descendo e ficando ao léu. Corri em seu auxílio, movida por um espírito solidário e curioso, e me aproximei dela. Perguntei se precisava de ajuda. Mesmo com um português limitado, ela respondeu afirmativamente e começou a explicar que queria ir para a casa dos padres. Percebi que ela falava inglês, assim como os padres americanos com quem já convivíamos na paróquia. A ajudei com seus poucos pertences e a levei à casa dos padres. Nesse momento, selamos uma grande amizade que evoluiu para uma irmandade.

A jovem bonita que desceu do ônibus era Janet Coulter, a primeira voluntária do programa norte-americano Corpo da Paz a atuar no Nordeste brasileiro, nos anos 1960 e 1970. Ela permaneceu em Sento-Sé de 1968 a 1970. Janet teve um papel fundamental em minha vida, pois foi ela quem me transformou em professora de alfabetização de adultos quando eu tinha 17 anos.

Em 1970, fui escolhida junto com outra colega para participar de um curso em Salvador, na Associação Cultural Brasil Estados Unidos (ACBEU), em parceria com a CNBB Nordeste III. O curso fazia parte de um programa de alfabetização de adultos chamado Cruzada ABC, que antecedeu o MOBREAL. Iniciei minha jornada como alfabetizadora de adultos nesse programa e, em seguida, continuei atuando como alfabetizadora no MOBREAL. Essas experiências, mesmo sem eu perceber na época, foram fundamentais para me encaminhar em direção à carreira de professora universitária.

A segunda voluntária do Corpo da Paz foi Patrícia Fitzsimmons, que substituiu Janet Coulter e permaneceu na cidade de 1970 a 1972. Patrícia lecionou inglês no Colégio Cenecista Custódio Sento-Sé, e eu fui sua aluna. Essas duas jovens americanas tiveram uma influência significativa em minhas decisões em relação aos estudos. Elas foram como espelhos que refletiam o meu futuro; no meu íntimo, eu queria seguir o exemplo delas e ganhar o mundo.



Naquela época, eu nem imaginava que o inglês que aprendi com essas jovens americanas seria útil para as viagens que fiz aos Estados Unidos e a outros lugares do mundo, além de fornecer as bases para o meu ingresso em programas de pós-graduação. Essas personagens são destacadas aqui porque tiveram uma importância muito grande em meu processo formativo.

Mesmo existindo o Ensino Secundário em Sento-Sé, conhecido como Magistério, quando concluí o ginásio, decidi não cursar o segundo grau na cidade. Com meus padrinhos já morando em Juazeiro, antecipando a mudança devido à construção da barragem de Sobradinho, em 1973, optei por ir morar com eles em Juazeiro-BA para fazer o Segundo Grau. Consegui uma vaga no Colégio Estadual Rui Barbosa, matriculando-me no primeiro ano científico.

Na perspectiva de não poder cursar a universidade, no segundo ano decidi fazer um curso técnico profissionalizante na Escola Alfa Polivalente de Petrolina, cidade vizinha a Juazeiro, optando pelo curso de Secretariado. No início de 1975, já no 3º Ano Científico, recebi uma proposta de emprego que aceitei, continuando ambos os cursos: o 3º Ano Científico e o 3º Ano de Secretariado. Trabalhava em regime de 40 horas semanais, cursava o científico no turno vespertino e, à noite, atravessava a ponte Presidente Dutra sobre o rio São Francisco para frequentar o curso técnico em Petrolina.

Com todo o meu tempo ocupado, percebi que estava perdendo o foco nos estudos, mas o salário também era atrativo. Optei pelo trabalho e continuei apenas o curso técnico, deixando o científico após a avaliação da primeira unidade, quando percebi meu baixo rendimento.

Concluí o curso técnico em dezembro de 1975, aos 22 anos de idade. É importante destacar que o Colégio Rui Barbosa, naquela época, era uma instituição de excelência e competia em termos de qualidade com o Colégio particular Dr. Edson Ribeiro. Conseguir uma vaga no Colégio Rui Barbosa era bastante disputado devido à excelência de seus professores e à qualidade do ensino oferecido. Embora não tenha finalizado o curso científico, obtive uma excelente formação nos dois primeiros anos em que estive lá. Com essa base educacional, aliada à formação recebida no Colégio em Sento-Sé, construí os alicerces necessários para ser a primeira filha de pais pobres de Sento-Sé a ingressar na universidade, o que ocorreu em 1976.

Mesmo sem compreender completamente o que significava o vestibular na época, meus pais, ao receberem o telegrama que enviei de Salvador anunciando que havia passado no vestibular, deram o seu próprio significado e celebraram com um grande foguetório na cidade minha entrada na universidade.

A universidade – o curso de serviço social

Como não obtive aprovação no primeiro vestibular realizado em janeiro de 1976, para o curso de Direito na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em abril do mesmo ano, decidi deixar o emprego e mudar para Salvador para tentar fazer um cursinho pré-vestibular e me preparar melhor. Havia a opção de vestibular no meio do ano para a Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Inscrevi-me e fui aprovada na primeira opção: Serviço Social. O cursinho que comecei em abril, com uma parte do pagamento e outra com bolsa do próprio cursinho, fechou em junho. Fiquei indecisa entre voltar para Juazeiro e reassumir o emprego, cujas portas ainda estavam abertas, ou permanecer em Salvador. Como fui aprovada no meio do ano, a decisão, naturalmente, foi ficar. Iniciei o curso em agosto de 1976.

Por que escolhi Serviço Social? A escolha se deu por dois motivos: primeiro, porque queria uma formação que me permitisse lidar com as pessoas. Apesar das experiências de ensino, não me via como professora. O segundo motivo foi a influência de uma amiga de Salvador, Lúcia Fernandez Cordeiro, irmã do promotor da Comarca de Sento-Sé, que além de ter sido meu professor, tornou-se um grande amigo, amizade que persiste até hoje. Lúcia já cursava Serviço Social e me explicou o que significava ser Assistente Social. Imediatamente percebi que essa profissão traduzia minha trajetória de vida até então. No entanto, havia um impedimento: o curso era em uma universidade particular, como poderia pagá-lo? Por sorte, no mesmo ano em que fui aprovada na UCSAL, foi instituído o Crédito Educativo, um programa do Governo Federal financiado pela Caixa Econômica. Fiz a inscrição e fui contemplada com as duas modalidades de concessão: anuidade (pagamento da universidade) e manutenção (um valor para despesas pessoais como transporte, livros, alimentação, etc.). Como morava com parentes, não precisei pagar aluguel ou morar em república.

Durante o período universitário, participei do Projeto Rondon Regional em Canapi, Alagoas. Foi lá que conheci Rosane Malta, uma adolescente alagoana que se aproximou de um dos colegas da turma do Rondon, o único branco do grupo, tornando-se nossa amiga por aquela temporada. O episódio marcante dessa época foi que, durante o Rondon Nacional, um grupo universitário de Santa Catarina esteve em Canapi antes de nós. Quando chegamos na cidade, fomos rejeitados



e chamados de “os neguinhos da Bahia”. Muito tempo depois, durante o escândalo que envolveu a família Malta em Canapi, com destaque para a então primeira-dama do Brasil, Rosane Collor, casada na época com o presidente Fernando Collor de Mello, fui procurar na minha agenda quem era a Rosane de Canapi (AL) envolvida no escândalo. Descobri que se tratava daquela jovem alagoana que morava em Maceió e passava as férias em Canapi, e que se tornou nossa amiga durante a temporada do Rondon em sua cidade natal.

Meu estágio curricular foi realizado na Ilha de Itaparica, junto às colônias de pescadores. Ao longo do tempo, o estágio curricular transformou-se em estágio remunerado, financiado pelo Governo do Estado. Permaneci nesse estágio por um ano e oito meses. Além disso, tive a oportunidade de realizar estágios na Legião Brasileira de Assistência (LBA). Ambas as experiências foram cruciais para meu primeiro emprego como profissional. Recebi convites para trabalhar na LBA em Campo Formoso (BA) e na Emater (BA), escolhendo esta última.

Ao lembrar o passado, percebo que estou elaborando uma singularidade que reflete a conjuntura da realidade. Ao contextualizar fenômenos como o caso de Rosane Collor e outros mencionados neste memorial, em uma abordagem temporal, busco traduzir o que Edward Thompson (2001) destaca.

[...] a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas (Thompson, 2001, p. 243).

Foram diversos os contextos e processos históricos que deram significado à minha vida. Esses contextos mudaram rumos e até mesmo estruturas na minha trajetória, como a da própria estrutura familiar que foi desterritorializada. Por exemplo, ao concluir o Curso de Serviço Social em dezembro de 1980, no ano seguinte, em 1981, ingressei na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (Emater-BA), tornando-me extensionista e fui trabalhar na minha terra natal, Sento-Sé, agora em um outro território, a nova Sento-Sé, relocada em função da barragem de Sobradinho.

Foi nesse contexto que fui perseguida pelos “coronéis”, detentores do poder político local que exerciam influência sobre a população pobre e desassistida. Eu já não era mais a “menina acanhada”; agora era a “doutora”, filha de um João do povão, extensionista que, por sorte, teve uma formação inicial com base na pedagogia freiriana para trabalhar com a população relocada. Era uma ação de educação popular, trazendo informação e formação para aquela gente que sempre foi subjugada pelos detentores do poder.

O desfecho dessa práxis da filha do lavrador e da lavadeira, que voltou à sua terra natal como Assistente Social e funcionária do Estado, foi ser transferida por pressão política do deputado estadual da cidade. Esta foi uma alternativa para não ser demitida, como ele desejava, alegando que eu era comunista. Esse foi um dos acontecimentos tristes na minha trajetória profissional que me afetou profundamente, pois era um momento em que eu precisava estar com minha família, dando-lhe apoio, já que meu pai tinha amputado uma perna aos 57 anos de idade e necessitava muito de mim. Tive que deixar a família e ir para Irecê (BA), mais uma vez uma mudança compulsória.

Foi por meio das ações extensionistas que fui levantando as questões que me acompanharam em direção ao curso de pós-graduação *strictu sensu*, em nível de mestrado, realizado em outro contexto, na região Sul do Brasil, em Porto Alegre.

O grau de mestra em sociologia

Na década de 1980, quando iniciei minhas atividades profissionais como técnica da extensão rural, trabalhei em Programas Especiais para o desenvolvimento do Nordeste. No início dessas atividades, buscava “ajustar” ou “reestruturar” as famílias rurais relocadas pela Barragem de Sobradinho na região do Submédio São Francisco, em Sento Sé (BA). Eram “pequenos produtores” que viviam da agricultura nas vazantes do rio e da pesca: os chamados “beiradeiros”. Outros viviam da criação extensiva em campo aberto e da agricultura de “sequeiro”, os chamados “catingueiros”. Naquele momento, eles tinham que reaprender a lidar com os recursos naturais (bióticos e abióticos) do novo território, após a relocação pela barragem de Sobradinho.



Minha família fazia parte desse contingente populacional que passou por uma nova mudança, ou “migração compulsória” (Reis, 2005), desta vez forçada pelas políticas desenvolvimentistas que cortaram as raízes de mais de 12 mil famílias dos quatro municípios à margem do rio São Francisco: Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado. Essas cidades foram tragadas - pelas águas do “progresso”, cobrindo suas histórias de vida, entendidas por nós como suas referências essenciais.

Na sequência, trabalhei com os “pequenos produtores” da região do feijão, em Irecê (BA), contribuindo para sua reorganização e recomposição de seus sistemas de produção, desfeitos também pela “modernização dolorosa” dos anos 1970 (Graziano da Silva, 1982).

Finalmente, em Juazeiro (BA), a partir de 1986, trabalhei com os “camponeses do sertão”, no coração do Semiárido. Aqui, comecei a formatar meu plano de pesquisa para buscar explicações mais convincentes dessa experiência de vida e de trabalho. Ainda nesta mesma fase, tive a oportunidade de acompanhar os “pequenos produtores” do vale do Salitre – afluente do Rio São Francisco – cujos sistemas de produção eram baseados na diversificação: irrigação com técnicas simples, criação de pequenos animais, agricultura de sequeiro e venda direta de sua produção na “feira-livre” da sede municipal. Esses agricultores foram os primeiros, no início da “modernização” da agricultura no vale, a sofrerem os impactos das políticas desenvolvimentistas que implicaram até na “morte do rio” (rio Salitre).

Minha dissertação de mestrado retrata essa realidadeⁱⁱⁱ. O mestrado foi em Sociologia Rural, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, realizado de 1989 a 1992, curso este que depois fundiu com o de Sociologia, ficando a denominação apenas de Mestrado em Sociologia.

No meu retorno, do mestrado, em 1992, a Emater-BA tinha se transformado em Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), sendo extinta em 2015, conseqüentemente demitindo todos os extensionistas, inclusive eu.

Os eventos que me tornaram professora da UNEB

A primeira tentativa de me tornar professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) foi em 1993, logo que retornei do mestrado. Particpei de uma seleção pública para lecionar sociologia rural na antiga Faculdade de Agronomia, hoje Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais, campus III, Juazeiro. Recém-mestra, julguei que estava apta a assumir o posto de professora. Recordo-me que, na aula pública, tentei apresentar os resultados de minha pesquisa de mestrado realizada no Vale do Salitre. Com toda uma experiência em extensão rural, sem entender quase nada dos julgamentos acadêmicos, não fui selecionada. Confesso que, no momento, veio um sentimento de decepção, pois acreditava que já estava preparada para entrar na academia, como docente, mas não convenci a banca examinadora, formada por uma professora de história, uma psicóloga e um agrônomo. Ou ainda não estava realmente pronta para ser professora universitária, pois educadora eu já me sentia.

Poderia ter desistido ali, mas no ano seguinte, em 1994, surgiu o concurso público com uma vaga para a cadeira de Sociologia, para a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro, hoje Departamento de Ciências Humanas. Mais uma vez investi em me tornar professora da universidade, participando do concurso público, realizado em Salvador-BA. Fui aprovada em primeiro lugar, assumindo a única vaga existente. Assim, tornei-me professora auxiliar da UNEB em abril de 1994, lotada até hoje no Departamento de Ciências Humanas, do campus III. De professora auxiliar, fui promovida para professora assistente por ter o diploma de mestra.

Em 2009, fui promovida para a classe de Adjunto A, progredindo para Adjunto B em 2011. Levei anos para submeter-me a promoção de professora Titular, o que aconteceu em maio de 2023, classe que me encontro atualmente. Desde que me tornei professora da UNEB, uma nova oportunidade se abriu para meu crescimento pessoal e profissional. O espaço universitário se traduz em um constante lugar de troca de conhecimentos. Tive o privilégio de ser professora e ter uma atividade técnica, que me colocaram em dois mundos diferentes, porém complementares: o espaço acadêmico e o da extensão rural.

O resultado dessa práxis foi a construção de um olhar sistêmico sobre duas realidades também complementares: o campo e a cidade, compreendendo e reconhecendo a diversidade étnica e cultural de seus atores sociais. Há 8 anos, dedico-me apenas às atividades na universidade como docente e pesquisadora. Desde 2018, assumo a direção do Departamento de Ciências Humanas do Campus III, sendo mais um desafio da minha trajetória acadêmica. Uma vez que a EBDA foi extinta em 2015, desde então, dedico-me exclusivamente à universidade, sem ser enquadrada no



regime de tempo integral, ou seja, Dedicção Exclusiva (DE), solicitado há exatamente 8 anos, ainda não concedido.

Durante essa minha trajetória profissional e acadêmica, procurei construir uma pedagogia alternativa, tecendo os nós que formam a teia dos pilares básicos da universidade: ensino, pesquisa e extensão, transformando minha práxis educativa em ato político, ou seja, em uma pedagogia concreta, no sentido freiriano que valoriza a cultura, as memórias, os valores e saberes do outro, com centralidade nos sujeitos, formando-os para a cidadania global. Neste sentido, tomo a frase de Paulo Freire (1996) quando diz que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

O grau de doutora interdisciplinar em Ciências Humanas

Em 2003, candidatei-me ao processo seletivo do Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de concentração Sociedade e Meio Ambiente. Disputei uma das 12 vagas oferecidas pelo Programa, que teve 92 candidatos no processo seletivo; fui aprovada na 6ª colocação. Ao iniciar o doutorado, já pertencia ao quadro permanente da UNEB, diferentemente do mestrado, que estava vinculado apenas à Emater (BA) e posteriormente à EBDA. Ambas as instituições, EBDA e UNEB, concederam-me licença integral para cursar o doutorado. Além disso, obtive uma bolsa de estudos da UNEB.

O objeto de estudo para a tese originou-se de uma consultoria prestada à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), nos perímetros de irrigação de Juazeiro. Durante esse período, convivi com os colonos (agricultores familiares) e pude compartilhar o dilema da instabilidade de seus sistemas de produção. Enquanto exercia essa prática, sempre tive curiosidade em compreender as razões por trás das crises e fracassos das unidades de produção familiar nesses perímetros. Apesar da existência de uma política agrícola favorável (disponibilidade de terras, água e a presença constante do Estado com grandes investimentos), a agricultura familiar instalada nesses perímetros não conseguia se consolidar.

A partir dessa constatação, iniciei o processo de delimitação do objeto de minha pesquisa, considerando o processo de seleção para ingresso no Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. O caráter interdisciplinar do curso foi o elemento motivador da minha escolha, pois tinha a convicção de que fenômenos complexos vão além de interpretações monodisciplinares.

Encarei essa oportunidade como uma forma de retomar os elementos empíricos da minha trajetória de vida (pessoal e profissional), buscando novos desafios teóricos e práticos como educadora e pesquisadora. Acredito na possibilidade de construir um novo projeto de sociedade que valorize simultaneamente a condição humana e a gestão ecologicamente prudente dos recursos naturais.

A intenção foi avaliar a dinâmica de desenvolvimento implementada pelo Estado na região, contribuindo para o avanço da teoria do desenvolvimento territorial e de uma agricultura sustentável, especialmente nas áreas irrigadas. Considero que a agricultura familiar desempenha um papel importante nesse processo, pois esta pesquisa visava também contribuir para o fortalecimento de políticas públicas, com enfoque no desenvolvimento territorial sustentável do Semiárido Brasileiro, ampliando a rede de pesquisadores interessados pelo tema.

Ainda na época do doutorado, candidatei-me a uma bolsa de estágio doutorado da CAPES por um período de nove meses. A bolsa foi concedida para realizar o estágio no Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), na França. Como complemento ao meu estágio em seu centro, o CIRAD me proporcionou uma vivência de um mês em Marrocos, na região de Gharb, com a mesma dinâmica de desenvolvimento da agricultura irrigada do Submédio São Francisco. O estágio (França/Marrocos) ocorreu de setembro de 2005 a agosto de 2006, quando retornei para a UFSC para concluir o doutorado. A defesa da tese, intitulada “Arranjos Socioprodutivos da Agricultura Familiar e Adaptação a uma Dinâmica Territorial de Desenvolvimento: o caso dos perímetros de irrigação no vale do São Francisco, semiárido brasileiro”, ocorreu em 27 de agosto de 2007.



A pesquisadora

Em 2002, um ano antes de sair para cursar o doutorado, criei o primeiro Grupo de Pesquisa do Departamento de Ciências Humanas do Campus III, cadastrado no CNPq e certificado pela UNEB. Esta iniciativa coincidiu com a criação do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE), em 2001, do referido departamento, sendo eu sua fundadora e primeira coordenadora. Vejo esses dois eventos como a abertura do departamento para a consolidação de suas pesquisas, pois mesmo já existindo docentes que implementavam projetos de pesquisa e extensão, não participavam dos editais de Iniciação Científica da UNEB, e os resultados dessas pesquisas não eram comunicados nos eventos de divulgação científica fora do campus III. Entendo que a comunicação científica é importante, pois

O registro da ciência é essencial à conservação e preservação de resultados, observações, cálculos, teorias, etc., possibilitando, assim, a crítica, aceitação ou não e aperfeiçoamentos posteriores. Entretanto, a comunicação desses registros é ação ainda mais importante, condição pela qual se possibilita o alcance público, permitindo, assim, a apropriação desses por outros indivíduos, conseqüentemente, a geração de mais conhecimentos (Droescher; Silva, 2014).

Considerando que tanto a comunicação quanto a informação exercem um papel fundamental para a cooperação e integração entre pesquisadores, por meio do NUPE, vi a possibilidade de consolidar o que já era uma realidade no DCH III: a pesquisa. O Grupo de Pesquisa “Educação, Sociedade e Desenvolvimento”, o primeiro do departamento inscrito no CNPq, serviu de inspiração para a criação de novos grupos, assim como para abrigar muitos docentes que começavam a se interessar pela Iniciação Científica (IC) na UNEB. Isso era condição para participar dos editais da IC, bem como para aqueles docentes que começavam a ter interesse pela pós-graduação *strictu sensu* (mestrado), pois, ao ingressar na UNEB, no DCH III, eu era a única docente com o título de mestra.

CONCLUSÃO

Como aponte na introdução deste texto, a escolha de quais foram os eventos notáveis e realizações dignas de nosso registro para permanecer no artigo torna-se intrinsecamente difícil, de um lado porque cada um dos fatos relatados é o resultado da aprendizagem de diversos e isolados eventos que nos prepararam intrinsecamente para uma determinada ação ou atuação; por outro, pela rigidez das normas que nos limita a dizer apenas algumas coisas.

Mas, mesmo assim me dou por satisfeita de lembrar alguns fatos que por vezes são esquecidos, mas que são marcantes em nossas vidas e em uma oportunidade como esta de escrita nos faz rememorar, trazendo-os à tona.

Ao longo da minha jornada, as dificuldades de ser mulher, oriunda de uma família de recursos limitados, e alcançar a posição de professora em uma faculdade pública foram desafios que permearam cada etapa da minha trajetória. Desde o início, as barreiras eram evidentes, especialmente em um cenário em que as oportunidades pareciam mais acessíveis para alguns do que para outros.

A luta contra estereótipos de gênero e as expectativas sociais moldadas pela minha condição socioeconômica tornaram-se obstáculos constantes. No entanto, cada desafio enfrentado contribuiu para moldar minha resiliência e determinação, forjando um caminho que muitas vezes parecia improvável.

O percurso até à docência em uma faculdade pública foi permeado por sacrifícios, horas dedicadas ao estudo e uma busca incessante por oportunidades de aprendizado. O desafio de ser mulher nesse contexto acadêmico, muitas vezes dominado por narrativas masculinas, exigiu uma persistência inabalável. A superação dessas adversidades não apenas ressalta a importância da equidade de gênero e inclusão social, mas também destaca a necessidade contínua de criar espaços nos quais mulheres de origens diversas possam prosperar e contribuir significativamente para o ensino superior. A docência tornou-se não apenas uma conquista pessoal, mas um testemunho do poder transformador da educação e da capacidade de desafiar as expectativas sociais impostas a mulheres vindas de contextos desfavorecidos.



A diversidade de vivências moldou minha abordagem pedagógica, incorporando uma sensibilidade às questões sociais e uma compreensão profunda das complexidades enfrentadas por aqueles que, como eu, trilharam caminhos menos convencionais.

Mesmo desempenhando atividades administrativas, neste momento, como diretora do Departamento de Ciências Humanas, posso afirmar que minha maior contribuição à sociedade tem sido voltada para a formação específica de estudantes, tanto no âmbito do ensino, por meio da oferta de disciplinas, quanto no que diz respeito à orientação de iniciação científica, monitoria de ensino e extensão, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Este processo, que considero dinâmico e renovador, proporciona-me a sensação de dever cumprido, ao continuar participando da formação de jovens estudantes e pesquisadores para que alcancem seus objetivos, tracem seus próprios caminhos e se tornem futuros professores, especialistas, mestres e doutores, contribuindo para a sociedade. Já contamos com muitos desses frutos em nosso Departamento e em outras universidades, o que evidencia nosso papel como professores/as-formadores/as.

Ao ocupar meu espaço como professora universitária, sinto a responsabilidade de ser uma voz inspiradora, encorajando outras mulheres a perseguirem seus sonhos acadêmicos e desafiarem as limitações impostas pela sociedade. Acredito que ao compartilhar minha história, posso contribuir para uma mudança cultural que reconheça e valorize as diversas trajetórias que as mulheres podem percorrer em direção ao sucesso acadêmico.

Concluindo, recorro à frase de Jean Piaget que afirma: “O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram”. Dessa forma, seguimos adiante na jornada da vida, trazendo as memórias e tecendo a história, pois “cada um de nós constrói a sua própria história e cada ser carrega em si o dom de ser capaz, de ser feliz!”, como expresso nos versos da música de Almir Sater e Renato Teixeira, “Tocando em Frente”.

REFERÊNCIAS

BARROS, E. da R. *Pequenos produtores frente a novas condições de (re)produção no Vale do Salitre (Bahia)*. 1992. Dissertação (Mestrado em sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

DROESCHER, F. D.; SILVA, E. L. da. O pesquisador e a produção científica. In.: *Perspectivas em Ciência da Informação*, vol.19 nº.1 Belo Horizonte Jan./Mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000100011>. Acesso em: 12 jan. 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HALL, S. Cultural Identity and Diaspora||. In: RUTHERFORD, Jonathan. *Identity. Community. Culture*. Londres: Lawrence & Wishart, 1990.

HALL, S. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MARCO, G. De. *Tempo em tensão: seco e verde*. Departamento de Ciências Humanas III, campus Juazeiro, Universidade do Estado da Bahia, 2007.

REIS, M. J. Memória, territorialidade e migração compulsória: a reação dos agricultores à instalação da hidrelétrica Itá. In: CATLLO, M. R.; CASTELLS, A. N. (edit.). *Disputas territoriales y conflictos interéticos em Brasil y Argentina*. Argentina: Ferreyra Editor, 2005.

SANTOS, G. C. (Compilador). *Roteiro para elaboração de memorial*. Campinas, SP: Graf. FE, 2005. Disponível em www.ufr.br/component/option,com_docman/task,doc_download/, acessado em 11 de abril de 2009.

SODRÉ R.; PORTUGAL, J. *A Massa*. Música lançada em 1980.



THOMPSON, E. Palmer. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Luigi Antonio, SILVA, Sergio (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Curriculum Vitae e Memorial* - Normas para Apresentação de Documentos Científicos - Vol. 8. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

NOTAS

ⁱ A expressão “menina acanhada” aqui utilizada traduz a expressão utilizada por Raimundo Sodré e Jorge Portugal na música A MASSA, quando fala de menino tímido que não expressa o que sente. São meninos domados, oprimidos. “Menino-bezerro pisado no curral do mundo a penar. Que salta aos olhos igual a um gemido calado. A sombra do mal-assombrado é a dor de nem poder chorar. Moinhos de homens que nem jerimuns amassados. Mansos meninos domados, massa de medos iguais. Amassandoa massa a mão que amassa a comida. Esculpe, modela e castiga a massa dos homens normais”.

ⁱⁱ O curso primário da época era 4 anos, o curso ginásial também era 4 anos, o que correspondem ao ensino fundamental da educação básica de hoje, que possui um ano a mais. O curso secundário corresponde ao ensino médio.

ⁱⁱⁱ Intitulada: Pequenos produtores frente a novas condições de (re) produção no Vale do Salitre, a dissertação faz referência às transformações que ocorreram no Vale, com a chegada dos empresários do Sul e Sudeste do Brasil. Apelidados localmente de “japoneses” em oposição aos “salitreiras” – os antigos proprietários - esses novos empreendedores incentivados pela política de modernização da agricultura dos anos 1970 adquiriram pequenas faixas de terra na margem do rio e empreenderam uma nova dinâmica na região. Os impactos na vida dos “salitreiras” foram de imediato, sendo um deles a expropriação dos “pequenos produtores” que venderam suas terras e se transformaram em assalariados rurais, Barros (1992).

